

Multilog S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas Conselheiros e Administradores da
Multilog S.A.**
Itajaí - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Multilog S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Multilog S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indefinida

Veja as Notas Explicativas nº 6 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que são compostos por licenças para operação fora da zona primária (Centro Logístico Industrial Aduaneiro - CLIA), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Companhia.</p> <p>Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa (UGC) e das demais premissas relevantes para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• o envolvimento de especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar na análise da metodologia, na avaliação da determinação das estimativas de rentabilidade futura das UGC e das demais premissas, tais como taxa de desconto, taxa de crescimento e margem bruta, e nos cálculos utilizados na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a razoabilidade entre os dados utilizados pela Companhia com dados comparativos de mercado, além dos cálculos aritméticos;• Avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de mudanças razoavelmente possíveis nas premissas-chave usadas pela Companhia.• Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia requeridas sobre o assunto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os valores de ativos intangíveis reconhecidos são aceitáveis no contexto das demonstrações individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 22 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

Multilog S.A.

Balancos patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais Mil)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	21.024	2.349	62.551	11.128	Empréstimos e financiamentos	19	45.024	33.264	45.955	34.904
Contas a receber de clientes	10	26.195	21.790	65.321	71.936	Fornecedores	20	69.260	38.136	28.250	35.165
Estoques		-	-	5	920	Obrigações sociais		9.061	7.214	20.108	16.974
Impostos a recuperar	11	4.169	2.338	34.245	29.598	Obrigações tributárias	21	4.716	4.304	13.923	11.920
Dividendos a receber		3.251	13.658	-	-	Dividendos a pagar	24	17.619	24.678	19.583	35.969
Outros créditos	12	12.348	4.928	20.796	3.546	Outras obrigações	22	25.422	24.524	35.305	35.056
Despesas antecipadas		3.506	2.554	7.264	4.267	Arrendamento mercantil		16.626	14.940	31.347	30.514
Ativo não circulante mantido para venda	13	-	-	8.481	8.481						
		70.493	47.617	198.663	129.876	Não circulante		187.727	147.060	194.470	200.502
Não circulante						Empréstimos e financiamentos	19	5.520	20.986	5.520	22.081
Impostos a recuperar	11	-	-	4.005	3.332	Impostos diferidos	25	2.788	3.300	19.990	24.683
Depósitos judiciais		-	-	20.078	20.078	Obrigações tributárias	21	10.341	11.930	10.341	11.930
Partes relacionadas	30	-	2.092	5.014	9.239	Provisão para contingências	23	124	25	23.413	11.752
Propriedades para investimento	14	-	-	43.991	32.067	Outras obrigações	22	41.564	53.571	66.499	65.022
Investimentos em controladas e coligadas	15	327.806	294.272	800	16.284	Arrendamento mercantil		40.678	47.075	51.969	58.071
Imobilizado	16	19.221	16.927	176.351	190.778			101.016	136.887	177.733	193.539
Intangível	17	6.091	6.614	129.716	137.124	Total do passivo		288.743	283.947	372.203	394.041
Direito de uso	18	53.892	59.863	74.907	81.947	Patrimônio líquido					
		407.010	379.768	454.862	490.849	Dos acionistas da companhia	24				
						Capital social		78.745	78.745	78.745	78.745
						Reserva de capital		1.823	1.762	1.823	1.762
						Ações em tesouraria		(1.016)	(212)	(1.016)	(212)
						Reserva legal		10.508	7.294	10.508	7.294
						Reservas de retenção lucros		98.700	55.849	98.700	55.849
								188.760	143.438	188.760	143.438
						Dos não controladores		-	-	92.563	83.246
						Total do patrimônio líquido		188.760	143.438	281.322	226.684
Total do ativo		477.503	427.385	653.525	620.725	Total do passivo e patrimônio líquido		477.503	427.385	653.525	620.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multilog S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais mil)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Operações em continuidade					
Receita líquida	27	151.470	135.203	497.336	476.964
Custos dos serviços prestados	28	(89.539)	(85.613)	(285.738)	(283.791)
Lucro bruto		61.931	49.590	211.598	193.173
Despesas comerciais	28	(3.354)	(2.951)	(11.715)	(10.532)
Despesas gerais e administrativas	28	(35.267)	(34.846)	(103.616)	(110.472)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	(68)	(711)	(4.268)	(4.307)
Outras receitas e despesas		1.505	2.839	15.607	1.330
Equivalência patrimonial	15	55.029	42.483	1.078	502
Lucro antes do resultado financeiro		79.776	56.404	108.684	69.694
Receitas financeiras	29	2.063	1.925	10.118	8.386
Despesas financeiras	29	(15.446)	(18.638)	(23.226)	(20.587)
Lucro antes dos impostos e resultado líquido das operações descontinuadas		66.393	39.691	95.576	57.493
Impostos correntes	25	(5.274)	(1.099)	(23.943)	(19.178)
Impostos diferidos	25	3.222	3.643	4.716	17.790
Resultado líquido das operações continuadas		64.341	42.235	76.349	56.105
Resultado líquido das operações descontinuadas	26	(75)	(255)	(75)	(255)
Lucro líquido do exercício		64.266	41.980	76.274	55.850
Atribuível aos:					
Acionistas controladores			-	64.266	41.980
Acionistas não controladores			-	12.009	13.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multilog S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais mil)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	64.266	41.980	76.274	55.850
Resultado abrangente	-	-	-	-
Resultado abrangente	<u>64.266</u>	<u>41.980</u>	<u>76.274</u>	<u>55.850</u>
Atribuível aos:				
Acionistas controladores			64.266	41.980
Acionistas não controladores			12.009	13.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multilog S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais mil)

	Capital social integralizado	Reservas de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Patrimônio líquido atribuído aos não controladores	Patrimônio l íquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	78.745	1.762	(212)	5.195	57.393	-	142.883	89.500	232.383
Distribuição de lucro de exercícios anteriores	-	-	-	-	(10.063)	-	(10.063)	(8.355)	(18.418)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.980	41.980	13.869	55.849
Dividendos e juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	(1.329)	(28.511)	(29.840)	(11.013)	(40.853)
Constituição de reservas	-	-	-	2.099	11.370	(13.469)	-	-	-
Outras transações de capital com acionistas (nota 25)	-	-	-	-	(1.522)	-	(1.522)	(755)	(2.277)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	78.745	1.762	(212)	7.294	55.849	-	143.438	83.246	226.684
Ações próprias adquiridas	-	-	(1.016)	-	-	-	(1.016)	(264)	(1.280)
Alienação de ações em tesouraria	-	60	212	-	-	-	273	46	319
Distribuição de lucro de exercícios anteriores	-	-	-	-	115	-	115	-	115
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	64.266	64.266	12.009	76.274
Dividendos e juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	(18.316)	(18.316)	(2.474)	(20.790)
Constituição de reservas	-	-	-	3.213	42.737	(45.950)	-	-	-
Outras transações de capital com acionistas (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	78.745	1.822	(1.016)	10.507	98.701	-	188.760	92.563	281.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multilog S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais mil)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos e resultado líquido das operações descontinuadas	66.393	39.691	95.576	57.493
Depreciação e amortização	31.367	34.867	70.209	75.256
Equivalência patrimonial	(55.029)	(42.483)	(1.078)	(502)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	68	(711)	4.268	(4.308)
Provisão para litígios	1.006	631	9.412	24.935
Juros provisionados	7.492	10.495	8.144	11.199
Resultado do imobilizado vendido	191	96	(455)	5.138
Variações nos ativos e passivos				
Ajustes de capital de giro:				
Contas a receber	(4.473)	1.242	2.347	8.585
Estoques	-	-	915	(585)
Impostos a recuperar	(1.492)	(504)	(1.798)	(10.612)
Outros ativos	(5.893)	1.514	(2.148)	(4.644)
Fornecedores	31.124	(7.787)	(6.915)	(1.060)
Outros passivos	(12.445)	5.057	(3.737)	(24.716)
Obrigações sociais e trabalhistas	2.882	(999)	4.754	(3.357)
Caixa gerado nas operações	61.191	41.109	179.494	132.822
Juros pagos	(5.604)	(9.582)	(6.064)	(10.268)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.535)	(2.516)	(29.291)	(25.602)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	47.052	29.011	144.139	96.952
Transações entre acionistas				
Aquisição de imobilizado e propriedades p/ investimento	(6.130)	(2.912)	(13.922)	(23.627)
Aquisição de intangível	(1.075)	(2.967)	(1.154)	(3.074)
Pagamento de fração de ações devido ao grupamento de ações	-	(1.523)	-	(2.278)
Dividendos e juros sobre capital próprios recebidos	26.669	41.888	-	851
Fluxo de caixa gerados pelas (utilizado nas) atividades de investimento	19.464	34.486	(15.076)	(28.128)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos obtidos	31.920	10.000	31.920	12.000
Pagamento de principal - arrendamento	(17.233)	(15.552)	(33.406)	(28.781)
Pagamento de empréstimos	(37.514)	(27.728)	(39.510)	(27.965)
Recompra de ações próprias	(804)	-	(804)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(24.210)	(31.175)	(35.840)	(35.733)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(47.841)	(64.455)	(77.640)	(80.479)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	18.675	(958)	51.423	(11.655)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.349	3.307	11.128	22.783
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.024	2.349	62.551	11.128
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa	18.675	(958)	51.423	(11.655)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Multilog S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rodovia Antônio Heil, 4999, em Itajaí, Santa Catarina. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como Grupo). O Grupo está envolvido primariamente com a prestação de serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias, em armazéns gerais e recintos alfandegados, no transporte rodoviário e importação e industrialização de peças para veículos.

Nos dias 10 e 11 de março de 2019, a cidade de São Paulo foi severamente acometida por uma enchente, especialmente a Avenida Presidente Wilson, onde está localizado o CLIA Mooca. A enchente inundou o local, causando prejuízos em mercadorias que lá estavam armazenadas. Decorrente deste evento, a Companhia incorreu em despesas de R\$ 27.881 em 2019, sendo R\$ 19.130 registrado como outras receitas e despesas e R\$ 8.751 como provisão para contingências. No ano de 2020 houve atualização dessas contingências que totalizaram R\$ 2.305, conforme nota 24.

Em 1º de janeiro de 2020, a Companhia realizou a incorporação das suas controladas, Multilog Transportes Ltda e Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda através da Multilog Brasil S/A (incorporadora), conforme descrito na nota explicativa 3.

Em decorrência da pandemia do Covid-19, a Companhia adotou medidas a fim de mitigar os impactos em seu ecossistema (sociedade, colaboradores, clientes e fornecedores), bem como da sua continuidade operacional. Dentre as medidas adotadas destacam-se: (i) criação de um Comitê de Crise, o qual promoveu diversas ações para o bem-estar e acompanhamento dos grupos de risco e monitoramento dos demais colaboradores, orientação e distribuição de *kit* preventivo e identificação de eventuais riscos corporativos e coordenação das ações; (ii) adoção da prática de trabalho remoto (*home office*) para as áreas em que tal modalidade era possível de ser aplicada; (iii) adequação do espaço físico e adoção das medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde para o retorno gradual ao escritório dos colaboradores que não se enquadram no grupo de risco e para àqueles onde a modalidade de trabalho remoto não é possível de ser aplicada; (iv) restrição das viagens nacionais; e (v) adesão às medidas disponibilizadas pelo Governo Federal (suspensão de contrato de trabalho, redução de jornada e postergação de tributos).

Destacamos que com as medidas adotas acima, a Companhia não promoveu redução de equipes fora do curso normal de suas operações.

As demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas pelo efeito da Covid-19, exceto pela captação de recursos no período inicial da pandemia, conforme nota 19.

Em 31 de dezembro de 2020, a Controladora apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante, em função de o ativo registrar prazo de recebimento de 30 a 45 dias de faturamento, enquanto que o passivo reflete 12 meses de obrigações, sendo empréstimos e financiamentos R\$

45.024, partes relacionadas (fornecedores coligadas/controladas) R\$ 59.140, arrendamento mercantil (IFRS 16) R\$ 16.626 e dividendos a pagar, R\$ 17.619. Os dividendos serão pagos de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia.

Com base no orçamento aprovado pelo conselho de administração, para o ano de 2021 a Controladora projeta geração de caixa operacional de R\$ 49.500. Adicionalmente haverá recebimento de dividendos de suas controladas. Diante disso, a Companhia entende que os recursos serão suficientes para o cumprimento de todas as obrigações registradas, bem como a liquidação do endividamento contratado. A Companhia possui bom relacionamento com instituições financeiras dispondo ainda de linhas de créditos junto ao Banco Bradesco, as quais poderia utilizar para captação de recursos adicionais

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Multilog S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, apresentadas a seguir:

Razão social	Relação	% participação	
		2020	2019
Multilog Armazéns Gerais e Logística S.A.	Direta	99,87%	99,87%
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A. (b)	Direta	51,01%	48,56%
Multiprime Indústria e Comércio de Peças para Veículos. S.A.	Direta/Indireta	100,00%	100,00%
Multilog Transportes Ltda. (a)	Direta	-	99,98%
Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda. (a)	Direta	-	99,98%
Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda.	Direta	99,98%	99,98%
Multilog Brasil S.A	Direta	99,98%	99,98%

A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou através do acordo de acionistas, detém o poder sobre as decisões críticas à condução dos negócios, está exposta aos direitos e retornos do investimento, e possui a capacidade de exercer o seu poder sobre a investida de modo a influenciar o retorno dos investidores.

(a) Conforme apresentado na nota explicativa 3, a Multilog Transportes Ltda. e Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda. foram incorporadas pela Multilog Brasil S.A.

(b) Em 2020, a Multilog S.A. aumentou sua participação na Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A através do aumento de capital, no montante de R\$ 7.891, equivalente ao valor do investimento que detinha em sua coligada SCP Edifício Softway, passando assim sua participação para 51,01% (48,56% em 2019). Conseqüentemente, a Multilog S.A. não possui mais nenhum investimento na SCP.

3 Incorporação de controladas

Em Assembleia Geral Extraordinária da Multilog Brasil S.A., realizada em 1 de janeiro de 2020, foi aprovada a operação de incorporação das empresas Multilog Transportes Ltda e Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda.

O laudo de incorporação para ambas as empresas foi elaborado com base no balanço patrimonial de 2 de dezembro de 2019. Em decorrência do evento de incorporação, houve um aumento do capital social da incorporadora, Multilog Brasil S.A., no montante de R\$ 41.714.

Os administradores das empresas entenderam que tal evento traria maior sinergia às empresas, com maior eficiência na gestão da empresa incorporada, simplificação das estruturas das áreas de negócios, otimização no atendimento aos clientes, redução de custos corporativos e simplificação da estrutura societária e jurídica, tornando assim o Grupo mais eficiente, dinâmico e rentável em suas operações.

Os balanços incorporados naquela data apresentavam os seguintes saldos:

Multilog Transportes Ltda.

Balanco em 01 de janeiro de 2020

Ativo		Passivo	
Circulante	9.509	Circulante	6.012
Não circulante	<u>1.171</u>	Não circulante	494
		Patrimônio líquido [1]	<u>4.174</u>
Total ativo	<u>10.680</u>	Total passivo e patrimônio	<u>10.680</u>

Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda.

Ativo		Passivo	
Circulante	23.794	Circulante	15.685
Não circulante	<u>43.166</u>	Não circulante	13.735
		Patrimônio líquido [2]	<u>37.540</u>
Total ativo	<u>66.960</u>	Total passivo e patrimônio	<u>66.960</u>

Total líquido incorporado	<u>[1] + [2]</u>	<u>41.714</u>
----------------------------------	-------------------------	----------------------

4 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) **Nota explicativa 2** - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- (ii) **Nota explicativa 16** - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida;
- (iii) **Nota explicativa 17** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- (iv) **Notas explicativas 23** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- (v) **Nota explicativa 27** - Reconhecimento da receita: determinação da receita de serviço de armazenagem. O Grupo opera principalmente na prestação de serviços de movimentação e armazenagens dos contêineres e logística para os quais o reconhecimento de receitas se dá com base em medições dos serviços prestados e apurados com base nos termos contratuais acordados. Em razão do cronograma de medição e posterior faturamento, o processo de reconhecimento da receita ao final de cada período contempla a elaboração de uma estimativa contábil para apuração da receita incorrida e ainda não faturada.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a

contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Multilog S.A. obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Multilog S.A. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Multilog S.A.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária. O ágio é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. A participação societária está apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia possui propriedade que está arrendada e ocupada por empresas da Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas essa propriedade não se qualifica como propriedade para investimento, pelo fato de estar sendo utilizada pela Companhia na condução de suas atividades, dessa forma, a parte utilizada por empresas da Companhia foi reclassificada ao ativo imobilizado.

b. Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e outros ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

(i) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações

subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) **Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) **Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente

um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Redução ao valor recuperável - *impairment*

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir, dentre outros, atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia avaliou a recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de nenhuma provisão para desvalorização.

f. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

g. Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

h. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são, inicialmente, mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, a Companhia optou por continuar apresentando suas propriedades para investimento pelo método de custo, que compreende o custo histórico, menos provisão para depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. Nessas circunstâncias, a Companhia está divulgando a base de custo e as taxas de depreciação para cada classe relevante.

Propriedades para investimentos	Prazo
Edifícios e obras	25 anos
Benfeitorias	25 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Adicionalmente, a Companhia está divulgando na nota explicativa 14 o valor justo da propriedade para investimento contabilizada ao custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espere nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

i. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(a) Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos variando de 3 a 25 anos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

(b) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo para os seus arrendamentos de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor para arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

(d) Arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

j. Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios e obras	25 anos
Benfeitorias	10 a 25 anos
Instalações	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos	5 a 10 anos
Veículos	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

k. Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros. O ágio por expectativa de rentabilidade futura, sem prazo de vida útil definida, está sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que houver indícios de eventual perda de valor econômico.

(i) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(ii) **Marcas registradas e licenças**

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

(iii) **Relações contratuais com clientes**

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

(iv) **Softwares**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento dos *softwares*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

I. Empréstimos e financiamentos

Os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso

ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

n. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A companhia designa certos derivativos para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais.

o. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

p. Reconhecimento da receita de vendas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios

específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida na medida em que os serviços de movimentação e armazenagens dos contêineres são prestados até uma data-corte. Quando o resultado das movimentações e armazenagens não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de aluguel

A receita de aluguel resultante de arrendamentos mercantis operacionais de propriedades para investimentos é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil. Nas demonstrações financeiras consolidadas está divulgada como receita operacional líquida.

Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de carrocerias de veículos adquiridos pela Companhia.

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

q. Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP)

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral antes da data-base das Demonstrações Financeiras.

Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins fiscais, foram tratados como despesa financeira, reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

r. Benefícios a empregados

Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

Em novembro de 1997, a Companhia firmou contrato de adesão ao Plano de Benefícios Portobello Prev, cujo objetivo é promover o bem estar social dos seus colaboradores e

respectivos beneficiários, através da concessão de benefícios de natureza previdenciária. O Plano tem a característica de contribuição definida e a administração é efetuada pela BB Previdência. Em março de 2019, o Plano de Benefícios migrou para o Bradesco, mantido os mesmos benefícios do plano anterior, os quais são definidos a seguir:

- (i) **Parte geral:** benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade;
- (ii) **Parte opcional:** aos participantes inscritos: renda mensal de aposentadoria por tempo de serviço; renda mensal de aposentadoria por idade; renda mensal de aposentadoria antecipada; renda mensal de aposentadoria por invalidez. Aos seus dependentes: renda mensal de pensão por morte.

Com base nas características do plano de pensão, a Companhia não identificou passivo atuarial líquido relevante a ser reconhecido nas demonstrações financeiras da Multilog S.A.

(iii) **Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na comparação destas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. A Companhia não espera ter suas informações afetadas materialmente por essa alteração.

Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge. A Companhia não espera ter suas informações afetadas materialmente por essa alteração.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e Banco conta movimento	72	315	534	449
Aplicações financeiras	20.952	2.034	62.017	10.679
Total de investimento em aplicações	21.024	2.349	62.551	11.128

As aplicações financeiras referem-se a CDBs e fundos de investimentos com remuneração média de 100% da CDI. As aplicações são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

10 Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os valores a receber de clientes estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cientes no mercado interno	26.377	22.812	72.508	87.366
Cientes no mercado externo	798	414	1.212	905
Provisão para devedores duvidosos	(980)	(1.436)	(8.399)	(16.335)
Total contas a receber de clientes	26.195	21.790	65.321	71.936
A vencer	24.000	18.520	54.628	54.100
Vencidos até 30 dias	1.350	1.321	4.893	8.177
Vencidos entre 31 a 90 dias	440	1.301	3.243	4.200
Vencidos entre 91 a 180 dias	405	514	2.147	3.270
Vencidos entre 181 a 360 dias	980	1.570	8.809	18.524
Total	27.175	23.226	73.720	88.271

A provisão para perdas de contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência na inadimplência passada do devedor e em análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores e condições econômicas gerais.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1 de janeiro	(1.436)	(725)	(16.335)	(12.028)
Provisões realizadas no exercício	(1.287)	(1.039)	(18.180)	(6.176)
Baixas permanentes reconhecidas	524	-	12.204	-
Reversões realizadas no exercício	1.219	328	13.912	1.869
Saldo em 31 de dezembro	(980)	(1.436)	(8.399)	(16.335)

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fundaf (a)	-	490	20.338	22.573
IRPJ a compensar	2.906	1.186	6.895	3.272
CSLL a compensar	1.237	328	2.723	1.020
Outros impostos a compensar	26	334	8.294	6.065
Total de impostos a recuperar	4.169	2.338	38.250	32.930
Circulante	4.169	2.338	34.245	29.598
Não circulante	-	-	4.005	3.332

- (a) Em 2019 e 2020, o Grupo obteve êxito nas demandas judiciais referente a recuperação dos créditos de FUNDAF da Multilog Brasil, e desta forma reconheceu o crédito correspondente aos valores recolhidos nos últimos cinco anos. O Grupo estima a utilização dos créditos no curso normal de suas operações.

12 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adiantamento a fornecedores	6.934	10	9.350	1.182
Adiantamento a empregados	597	366	1.377	1.149
Ativos de direitos contratuais (a)	-	-	9.670	1.083
Outros créditos	320	120	399	132
Adiantamento partes relacionadas (nota 31)	4.497	4.432	-	-
Total outros créditos	12.348	4.928	20.796	3.546

- (a) A Companhia possui processos de naturezas trabalhista, cível e tributária sob responsabilidade da Ecorodovias, antiga acionista da Elog Sul e Multilog Brasil, conforme contrato de compra e venda firmado entre as partes. Os processos classificados como perda provável estão refletidos no passivo e sua contrapartida no ativo, classificados como “outros créditos”, totalizando R\$ 9.670 no consolidado.

13 Ativo não circulante mantido para venda

No exercício de 2020, a Administração se comprometeu com um plano de venda de seus terrenos nos estados de Santa Catarina e São Paulo. Os esforços para a venda desses ativos já iniciaram e a Administração espera que a venda ocorra em 2021.

O valor justo destes ativos mantidos para venda foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência

recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento do Grupo anualmente, e para o referido ativo, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 181.350.

14 Propriedades para investimentos

As propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou para valorização do capital são registradas como propriedades para investimento. As propriedades para investimento foram inicialmente mensuradas pelo seu custo, e podem ser resumidas como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Propriedades para auferir renda de aluguel	33.691	32.067
Total das propriedades para investimentos	33.691	32.067

A seguir demonstramos a movimentação ocorrida nas propriedades para investimentos da Companhia.

	Consolidado	
	Propriedades para auferir renda de aluguel	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	31.099	
Transferência para imobilizado	208	
Depreciação	(2.148)	
Aquisição	2.908	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	32.067	
Transferência para imobilizado	3.976	
Depreciação	(2.353)	
Aquisição	10.301	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	43.991	

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento do Grupo anualmente, apresentado como segue:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	2020	2019	2020	2019
Propriedades para auferir renda de aluguel	43.991	32.067	120.000	102.000
Total das propriedades para investimentos	33.691	32.067	120.000	102.000

15 Investimentos em controladas e coligadas

a. Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

	<u>Controladora</u>	
	2020	2019
Em 1º de janeiro	294.272	323.210
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de controladas e coligadas	(13.453)	(62.684)
Equivalência patrimonial	54.955	42.228
Amortização intangíveis combinações de negócios	(7.968)	(8.482)
	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro	327.806	294.272

b. Composição dos investimentos da Companhia em controladas e coligadas

31/12/2020							
	Participação no capital %	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Ágio na aquisição de controlada	Ajustes decorrentes de combinação de negócios	Valor do investimento
Multilog Armazéns Gerais e Logística S.A.	99,87%	3.376	2.251	2.248	-	-	3.371
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A.	51,01%	181.351	21.265	10.737	-	-	92.507
Multiprime Ind e Com de Peças S.A	10,00%	490	(1.774)	(177)	-	-	49
Multilog Transportes Ltda	-	-	-	-	-	-	-
Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda	-	-	-	-	-	-	-
Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda	99,98%	(413)	(75)	(75)	-	-	(413)
Multilog Brasil S.A.	99,98%	152.328	42.230	42.222	23.000	56.964	232.292
Investimentos em controladas				54.955	23.000	56.964	327.806
Total investimentos em 2020				54.955	23.000	56.964	327.806
31/12/2019							
	Participação no capital %	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Ágio na aquisição de controlada	Ajustes decorrentes de combinação de negócios	Valor do investimento
Multilog Armazéns Gerais e Logística S.A.	99,87%	1.800	3.126	3.122	-	-	1.798
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A.	48,56%	157.460	22.535	10.943	-	-	76.463
Multiprime Ind e Com de Peças S.A	10,00%	2.264	1.153	115	-	-	226
Multilog Transportes Ltda	99,98%	4.031	5.442	5.441	-	-	4.030
Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda	99,98%	33.952	9.376	9.374	23.000	34.825	91.770
Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda	99,98%	802	(255)	(255)	-	-	802
Multilog Brasil S.A.	99,98%	83.888	13.305	13.302	-	27.424	111.295

31/12/2019

	Participação no capital %	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Ágio na aquisição de controlada	Ajustes decorrentes de combinação de negócios	Valor do investimento
Investimentos em controladas				42.042	23.000	62.249	286.384
SCP Edifício Softway (a)	48,00%	16.448	380	186	-	-	7.888
Investimentos em coligadas				186	-	-	7.888
Total investimentos em 2019				42.228	23.000	62.249	294.272

O patrimônio líquido ajustado das empresas Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda, Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda e Multilog Brasil S.A. é composto pelo patrimônio líquido contábil destas empresas acrescido dos ativos intangíveis e mais valia de ativo imobilizado identificados na combinação de negócios, líquidos de respectivas despesas com amortização e depreciação.

A equivalência patrimonial na demonstração de resultados está líquida dos efeitos das operações descontinuadas da Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda.

(a) Em janeiro de 2020, conforme descrito na nota explicativa número 2, a Multilog S.A. deixou de ter participação na SCP Edifício Softway.

16 Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Custo					
Terrenos		-	-	41.050	41.050
Máquinas e equipamentos		23.830	21.036	71.523	68.805
Mais valia de máquinas e equipamentos		-	-	7.064	4.356
Benfeitorias		135	135	31.978	31.989
Mais valia benfeitorias		-	-	3.675	3.675
Veículos		12.093	12.035	15.124	15.181
Móveis e utensílios		1.879	1.830	8.388	8.137
Mais valia de móveis e utensílios		-	-	2.363	2.363
Equipamento processamento de dados		7.656	6.624	29.905	27.599
Mais valia equipamento processamento de dados		-	-	4.694	4.694
Edificações		-	-	63.198	63.053
Instalações		4.122	3.853	113.738	111.171
Mais valia instalações		-	-	75	75
Obras em andamento		1.149	157	3.351	3.398
Total imobilizado		50.864	45.670	396.126	385.546
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos	10 %	(15.432)	(14.717)	(57.392)	(51.605)
Benfeitorias	4 %	(32)	(27)	(19.629)	(17.198)
Veículos	20 %	(7.064)	(6.021)	(9.202)	(7.890)
Móveis e utensílios	10 %	(1.271)	(1.141)	(7.472)	(6.748)
Equipamento processamento de dados	20 %	(5.824)	(5.214)	(28.063)	(24.867)
Edificações	4 %	-	-	(23.737)	(21.355)
Instalações	10 %	(2.020)	(1.623)	(74.280)	(65.105)
Total depreciação		(31.643)	(28.743)	(219.775)	(194.768)
Total imobilizado líquido		19.221	16.927	176.351	190.778

Controladora

Custo	Maquinas e equipam.	Benfeitorias	Veículos	Móveis e utensílios	Processam. de dados	Instalações	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	19.174	135	12.000	1.762	6.420	3.803	-	43.294
Transferências	1.438	-	197	39	141	-	(1.815)	-
Aquisições	459	-	321	29	81	50	1.972	2.912
Baixas	(35)	-	(483)	-	(18)	-	-	(536)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	21.036	135	12.035	1.830	6.624	3.853	157	45.670
Transferências	102	-	321	25	951	119	(1.518)	-
Aquisições	3.121	-	170	24	82	150	2.583	6.130
Baixas	(429)	-	(433)	-	(1)	-	(73)	(936)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.831	135	12.093	1.879	7.656	4.122	1.149	50.864
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro 2018	(13.753)	(22)	(5.024)	(1.007)	(4.472)	(1.241)	-	(25.519)
Depreciação	(1.000)	(5)	(1.383)	(134)	(760)	(382)	-	(3.664)
Baixas	35	-	386	-	18	-	-	440
Saldo em 31 de dezembro 2019	(14.718)	(27)	(6.021)	(1.141)	(5.214)	(1.623)	-	(28.743)
Depreciação	(1.243)	(5)	(1.258)	(130)	(610)	(397)	-	(3.644)
Baixas	529	-	215	-	-	-	-	744
Saldo em 31 de dezembro 2020	(15.432)	(32)	(7.064)	(1.271)	(5.824)	(2.020)	-	(31.643)
Em 31 de dezembro de 2019	6.318	108	6.014	689	1.410	2.230	157	16.927
Em 31 de dezembro de 2020	8.399	103	5.029	608	1.832	2.102	1.149	19.221

Consolidado

Custo	Terrenos	Maquinas e equipam.	Benfeitorias	Veículos	Móveis e utensílios	Processam. de dados	Edificações	Instalações	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	41.259	78.286	28.729	14.868	11.596	33.146	63.229	107.445	2.667	381.225
Transferência de propriedade para investimento	(209)	-	-	-	-	-	-	-	-	(209)
Transferências	-	1.630	7.461	482	134	2.520	(176)	3.841	(15.892)	-
Aquisições	-	1.336	116	351	81	548	-	1.663	16.624	20.719
Baixas	-	(8.091)	(642)	(520)	(1.311)	(3.921)	-	(1.703)	(1)	(16.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.050	73.161	35.664	15.181	10.500	32.293	63.053	111.246	3.398	385.546
Transferência de propriedade para investimento	-	-	-	-	-	-	(3.964)	(12)	-	(3.976)
Transferências	-	249	-	320	211	1.623	4.109	2.192	(8.704)	-
Aquisições	-	3.641	-	202	127	719	-	435	8.798	13.922
Baixas	-	(1.171)	(11)	(579)	(87)	(36)	-	(49)	(141)	(2.074)
Baixa mais-valia	-	2.708	-	-	-	-	-	-	-	2.708
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	78.587	35.653	15.124	10.751	34.599	63.198	113.812	3.351	396.126
Depreciação										
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(50.030)	(15.377)	(6.476)	(7.179)	(25.403)	(18.981)	(57.601)	-	(181.047)
Depreciação	-	(4.850)	(1.886)	(1.838)	(525)	(2.104)	(3.423)	(9.864)	-	(24.490)
Transferências	-	-	(8)	-	-	-	-	8	-	-
Transferências de propriedade para investimento	-	95	41	-	-	-	1.049	963	-	2.148
Baixas	-	3.676	400	424	1.210	3.913	-	1.426	-	11.049
Depreciação mais-valia	-	(496)	(368)	-	(254)	(1.273)	-	(37)	-	(2.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(51.605)	(17.198)	(7.890)	(6.748)	(24.867)	(21.355)	(65.105)	-	(194.768)
Depreciação	-	(4.611)	(2.106)	(1.663)	(518)	(1.940)	(3.523)	(10.233)	-	(24.602)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de propriedade para investimento	-	96	41	-	-	-	1.141	1.075	-	2.353
Baixas	-	1.045	1	361	47	17	-	21	-	1.492
Depreciação mais-valia	-	(647)	(368)	-	(253)	(1.273)	-	(37)	-	(2.578)
Baixa mais-valia	-	(1.672)	-	-	-	-	-	-	-	(1.672)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(57.393)	(19.629)	(9.202)	(7.472)	(28.063)	(23.737)	(74.280)	-	(219.775)
Em 31 de dezembro de 2019	41.050	21.556	18.466	7.291	3.752	7.426	41.698	46.141	3.398	190.778
Em 31 de dezembro de 2020	41.050	21.194	16.024	5.923	3.279	6.536	39.461	39.533	3.351	176.351

Garantias

A Companhia e suas controladas possuem bens do ativo imobilizado dados como garantia de empréstimos e financiamentos, cujos saldos contábeis totalizam o montante de R\$ 24.508.

17 Intangível - consolidado

	Taxa de amortização anual	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Custo					
Software		10.968	9.892	44.597	43.443
Relacionamento com clientes		-	-	2.450	2.450
Concessões (b)		-	-	42.296	42.296
Licenças CLIA		-	-	86.919	86.919
Ágio (a)		-	-	23.000	23.000
Total intangível		10.968	9.892	199.262	198.108
Amortização acumulada					
Software	20%	(4.877)	(3.278)	(37.395)	(35.264)
Relacionamento com clientes	57%	-	-	(1.754)	(1.240)
Concessões (b)	17%	-	-	(30.397)	(24.480)
Total amortização		(4.877)	(3.278)	(69.546)	(60.984)
Total intangível líquido		6.091	6.614	129.716	137.124

Abaixo está demonstrada a movimentação do intangível consolidado:

	Software	Relacionamento com clientes	Concessões	Licenças	Ágio na aquisição de controlada	Total
Intangível em 2018	8.555	1.732	27.722	86.919	23.000	147.928
Adições	3.074	-	-	-	-	3.074
Amortização	(3.449)	(522)	(9.906)	-	-	(13.877)
Saldo residual em 2019	8.180	1.210	17.816	86.919	23.000	137.125
Adições	1.154	-	-	-	-	1.154
Amortização	(2.132)	(514)	(5.917)	-	-	(8.563)
Saldo residual em 2020	7.202	696	11.899	86.919	23.000	129.716

- (a) Ágio gerado na aquisição da controlada Multilog Sul (Elog sul) em 2016. O teste efetuado pela administração não resultou no reconhecimento de impairment.
- (b) Contratos de concessões de operações dos Portos Secos das unidades de São José dos Pinhais, Foz de Iguaçu, Santana do Livramento, Uruguaiana, Jaguarão e Barueri. Os prazos das concessões são de 20 a 25 anos; os prazos restantes em 31 de dezembro de 2020 variam de 1 a 3 anos.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa pré-tax, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir.

A Companhia, em linha com o que estabelece o pronunciamento CPC 01, definiu como unidade geradora de caixa (UGC) o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa,

entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. No caso das operações da Companhia, as unidades geradoras de caixa são unidades de negócio individuais, com prestação de serviço individual para seus respectivos clientes, bem como em localização separada. As empresas adquiridas em 2016 (Multilog Sul) representavam na data 11 unidades de negócios, descritos no relatório de alocação de preço de compra realizado por terceiros especializados, enquanto na aquisição das unidades do Sudeste (Multilog Brasil), 6 unidades de negócio. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2020 são as que seguem:

Taxa de crescimento ROL - 12%
Taxa de desconto - 12,3%
Taxa de crescimento de longo prazo - 4,5%
Margem bruta - 6% à 54%

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e se encontra em linha com o histórico de operação da Companhia.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de logística no qual a UGC atua.

18 Ativo de direito de uso

Composição e movimento

	Prazo médio em anos	Saldo inicial 01/01/20	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/20	Saldo inicial 01/01/20	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/20
Controladora					Consolidado				
Custo:									
Recintos Alfandegados		77.567	12.523	-	90.090	71.228	24.403	-	95.631
Armazéns Gerais		-	-	-	-	46.139	6.306	(2.875)	49.570
		<u>77.567</u>	<u>12.523</u>	<u>-</u>	<u>90.090</u>	<u>117.367</u>	<u>30.709</u>	<u>(2.875)</u>	<u>145.201</u>
Depreciação:									
Recintos Alfandegados	4	(17.704)	(18.494)	-	(36.198)	(21.694)	(22.373)	-	(44.067)
Armazéns Gerais	2 a 8	-	-	-	-	(13.726)	(13.240)	739	(26.227)
		<u>(17.704)</u>	<u>(18.494)</u>	<u>-</u>	<u>(36.198)</u>	<u>(35.420)</u>	<u>(35.613)</u>	<u>739</u>	<u>(70.294)</u>
Saldo Líquido									
Recintos Alfandegados		59.863	(5.971)	-	(53.892)	49.534	2.030	-	51.564
Armazéns Gerais		-	-	-	-	32.413	(6.934)	(2.136)	23.343
		<u>59.863</u>	<u>(5.971)</u>	<u>-</u>	<u>53.892</u>	<u>81.947</u>	<u>(4.904)</u>	<u>(2.136)</u>	<u>74.907</u>

	Prazo médio em anos	Saldo inicial 01/01/19	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/19	Saldo inicial 01/01/19	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/19
Controladora					Consolidado				
Custo:									
Recintos Alfandegados		77.394	173	-	77.567	70.697	531	-	71.228
Armazéns Gerais		-	-	-	-	45.459	680	-	46.139
		<u>77.394</u>	<u>173</u>	<u>-</u>	<u>77.567</u>	<u>116.156</u>	<u>1.211</u>	<u>-</u>	<u>117.367</u>
Depreciação:									
Recintos Alfandegados	4	-	(17.704)	-	(17.704)	-	(21.694)	-	(21.694)
Armazéns Gerais	2 a 8	-	-	-	-	-	(13.726)	-	(13.726)
		<u>-</u>	<u>(17.704)</u>	<u>-</u>	<u>(17.704)</u>	<u>-</u>	<u>(35.420)</u>	<u>-</u>	<u>(35.420)</u>
Saldo Líquido									
Recintos Alfandegados		77.394	(17.531)	-	59.863	70.697	(21.163)	-	49.534
Armazéns Gerais		-	-	-	-	45.459	(13.046)	-	32.413
		<u>77.394</u>	<u>(17.531)</u>	<u>-</u>	<u>59.863</u>	<u>116.156</u>	<u>(34.209)</u>	<u>-</u>	<u>81.947</u>

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. A Administração não encontrou necessidade de constituição de provisão para valor recuperável no período encerrado em 31/12/2020.

19 Empréstimos e financiamentos - consolidado

		Consolidado	
		2020	2019
Taxa pré-fixada anual			
Ativo imobilizado	10,98%	-	631
Empréstimo Lei 4131/1962	VC + 1,3%	<u>3.753</u>	<u>12.160</u>
		<u>3.753</u>	<u>12.791</u>
Taxa pós-fixada anual			
Ativo imobilizado	2,08% + Selic a 2,18% + Selic	-	99
Debêntures	2,50% + DI	19.042	44.095
Capital de giro	CDI + 4,00% à 4,71%	<u>28.680</u>	<u>-</u>
		<u>47.722</u>	<u>44.194</u>
Passivo circulante		45.955	34.904
Passivo não circulante		5.520	22.081

Cronograma de amortização do principal da dívida em 31 de dezembro de 2020:

	Saldo devedor	2021	2022
Capital de giro	28.680	23.160	5.520
Debêntures	19.042	19.042	-
Empréstimo Lei 4131/1962	<u>3.753</u>	<u>3.753</u>	<u>-</u>
	<u>51.475</u>	<u>45.955</u>	<u>5.520</u>

Abaixo está demonstrado a mutação dos empréstimos no ano corrente:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	71.065	72.019
Captação	10.000	12.000
Juros	6.966	7.064
Pagamento	<u>(33.781)</u>	<u>(34.098)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>54.250</u>	<u>56.985</u>
Captação	31.920	31.920
Juros	7.492	8.144
Pagamento	<u>(43.118)</u>	<u>(45.574)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>50.544</u>	<u>51.475</u>

Debêntures

A Companhia emitiu em 8 de setembro de 2016, 120.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, com valor nominal de R\$ 1 cada na data da emissão e com vencimento em 8 de setembro de 2021. A emissão ocorreu com esforços restritos, nos termos da legislação vigente.

Cláusulas restritivas (covenants)

Sob o contrato firmado com o banco Bradesco S/A para emissão de debêntures, a Companhia é obrigada a cumprir com a seguinte cláusula financeira:

- (b) Índice dívida líquida/EBITDA não poderá exceder 2,5x durante o prazo de vigência das debêntures.
- (c) Pagamento de dividendos limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Emissora durante os 2 (dois) primeiros anos, a contar da data da emissão.

A Companhia cumpriu com os *covenants* durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2020, o índice dívida líquida em relação ao EBITDA da controladora foi de 0,27 vezes.

Empréstimos Lei 4131/1962

Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam a troca de moeda Euro para Real, através de uma taxa de juros pré-fixada, e resultam no custo médio ponderado de 5,06% a.a. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em BRL + swap para BRL em % pré-fixado a.a.), e possuem cobertura cambial até o teto estabelecido no contrato. Os termos e as condições do empréstimo e derivativo configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em % pré-fixado a.a. em BRL.

No decorrer do ano de 2019 a Companhia celebrou um contrato de 4131 junto ao Banco ABC Brasil, no valor de R\$ 10.000 (EUR 2.210) com taxa de juros pré-fixada de 5,15% a.a., o prazo é 18 meses com carência de 3 meses e fluxo de pagamento trimestral. Celebrou também um contrato de 4131 junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 2.000 (EUR 437,3) com taxa de juros pré-fixada de 4,58% a.a., o prazo é 18 meses e fluxo de pagamento trimestral.

Capital de giro

Em virtude da pandemia do Covid-19, a Companhia optou em abril e maio de 2020 por reforçar seu caixa através de duas Cédulas de Crédito Bancário (CCB), que somaram o montante de R\$ 32.000 e tinham como objetivo garantir a liquidez frente as incertezas naquela ocasião.

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores mercado interno	69.260	38.136	26.009	27.375
Fornecedores mercado externo	-	-	2.241	7.790
Total	69.260	38.136	28.250	35.165

21 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda (IR)	-	-	1.078	838
Contribuição social (CS)	-	-	391	298
Outros impostos retidos	798	728	2.152	1.539
Programa de Integração Social (PIS)	233	254	1.057	796
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	972	1.067	4.276	3.197
Impostos sobre serviços (ISS)	815	412	2.696	1.852
Imposto Circulação de Mercadorias (ICMS)	32	-	408	474
Fundo Especial de Desenvolvimento (FUNDAF)	-	-	-	1.083
Parcelamento (REFIS IV) (a)	3.587	4.424	3.587	4.424
Parcelamento (PERT) (b)	8.620	9.349	8.619	9.349
Total obrigações tributárias	15.057	16.234	24.264	23.850
Passivo circulante	4.716	4.304	13.923	11.920
Passivo não circulante	10.341	11.930	10.341	11.930

- (a) Em 25 de setembro de 2009, a Companhia protocolou requerimento de adesão ao parcelamento na Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) de que trata o artigo 1º da lei nº 11.941, de 2009, por conta de contingências fiscais cuja origem é a transferência e utilização de créditos acumulados de Imposto sobre Produtos Industrializados (crédito prêmio de IPI). A liquidação dessa obrigação está sendo efetuada em 180 parcelas mensais, e a consolidação destes valores junto a SRF ocorreu durante o exercício de 2011.

A Companhia aderiu ao PERT, com o objetivo de aproveitar de suas condições diferenciadas de pagamento, para inclusão dos débitos relativos aos autos de infração da Receita Federal por meio do qual se discute a dedutibilidade do JCP e amortização de ágio. A formalização da inclusão dos referidos débitos tributários no PERT foi realizada em 29 de agosto de 2017.

22 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Valor a pagar por aquisição de investimentos (a)	61.362	74.043	61.363	74.043
Outras obrigações (b) (c)	5.624	4.052	40.441	26.035
Total outras obrigações	66.986	78.095	101.804	100.078
Passivo circulante	25.422	24.524	35.305	35.056
Passivo não circulante	41.564	53.571	66.499	65.022

- (a) Saldo refere-se ao preço de compra definido na aquisição da Companhia Elog S.A. (Multilog Brasil). O valor total da transação foi de R\$ 92.863 divididos em 84 parcelas. Sobre o saldo a Companhia está provisionando e pagando juros de 100% da CDI.
- (b) Conforme descrito no contexto operacional, nos dias 10 e 11 de março de 2019 a cidade de São Paulo foi severamente acometida por uma enchente, especialmente Av. Presidente Wilson, onde está localizado o CLIA Mooca. Em decorrência do evento a Companhia realizou acordos de indenizações com clientes, os quais foram quitados ao longo de 2019 e 2020.
- (c) A variação ocorrida no consolidado de 2019 para 2020 foi devido a Companhia ter recebido da Ecorodovias o valor de R\$ 11.269, referente a adiantamento de depósitos judiciais de processos tributários que deveriam ser ressarcidos à Multilog em caso de perda. O adiantamento foi feito conforme a expectativa da Ecorodovias de ter julgamentos desfavoráveis à Companhia nestes montantes, e já estava previsto no contrato de compra e venda firmado com a Multilog. Os demais principais valores nesta rubrica são R\$ 13.666, referente a processos na esfera cível e trabalhista, para os quais existem depósitos judiciais e que a Multilog deve ressarcir à Ecorodovias em caso de sucesso. Provisões de passivos referentes a gastos ocorridos no mês de dezembro, para os quais não foram recebidos os documentos fiscais em tempo hábil totalizam R\$ 7.607 e adiantamentos de clientes R\$ 5.650.

23 Provisão para contingências

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas, tributárias e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para aqueles casos em que as probabilidades de perda são consideradas “prováveis”, e considera que tais valores são suficientes para cobrir tais perdas. A movimentação dessas provisões podem ser sumariadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ações cíveis	36	76	18.313	15.877
Ações trabalhistas	301	610	10.451	9.155
Ações tributárias	136	-	12.858	12.541
(-) Depósitos judiciais	(349)	(661)	(18.209)	(25.821)
Total	124	25	23.413	11.752

Abaixo demonstramos a movimentação do Consolidado:

	2019	Adições	Baixas	2020
Ações cíveis	15.877	3.932	(1.496)	18.313
Ações trabalhistas	9.155	5.163	(3.867)	10.451
Ações tributárias	12.541	317	-	12.858
(-) Depósitos judiciais	(25.821)	(6.893)	14.505	(18.209)
Total	11.752	2.519	9.142	23.413
	2018	Adições	Baixas	2019
Ações cíveis (a)	5.614	16.041	(5.778)	15.877
Ações trabalhistas	9.952	7.831	(8.628)	9.155
Ações tributárias	15.361	1.060	(3.880)	12.541
(-) Depósitos judiciais	(17.778)	(17.161)	9.118	(25.821)
Total	13.149	7.771	(9.168)	11.752

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são partes em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas “possíveis” ou “remotas” e, para as quais, não foram constituídas provisões para perdas. As discussões classificadas como “possíveis”,

envolvem valores que totalizam aproximadamente R\$ 77.633 (R\$ 110.561 em 2019). Destes, R\$ 57.627 referem-se a contencioso decorrente das aquisições das operações da Elog Sul e Elog S/A e são de responsabilidade da vendedora conforme contrato de compra e venda.

- (a) Vide contexto operacional, nos dias 10 e 11 de março de 2019 a cidade de São Paulo foi severamente acometida por uma enchente, especialmente Av. Presidente Wilson, onde está localizado o CLIA Mooca. Decorrente do evento e com base na classificação de risco apontada pelos seus assessores jurídicos a companhia registrou provisão para contingência de R\$ 8.751 em 2019. Adicionalmente, durante o ano de 2020, houve atualização das contingências ainda existentes referentes ao sinistro da Mooca, que somaram R\$ 2.305. Dessa forma o total de contingências é de R\$ 11.056.

24 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 78.745 em 31 de dezembro de 2020 e 2019, representado por um total de 3.590 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Mediante deliberação, a Assembleia de acionistas pode aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. A assembleia de acionistas fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 25 de junho de 2019, o Grupo aprovou a proposta de grupamento na razão de 13.000 ações para 1 representativas do capital social da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12 da Lei nº 6.404/76. Como resultado dessa transação, ocorreu o pagamento de R\$ 1.522.

Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia constitui reserva legal, limitando sua reserva legal a 20% do capital social.

Retenção de lucros

Formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais, será deliberada em assembleia geral ordinária as suas futuras destinações.

Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações da Companhia detidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia detinha 24 ações em tesouraria.

Dividendos pagos e propostos

O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendo mínimo correspondente a 30% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Ainda, a Administração distribui parte dos dividendos mínimos obrigatórios em forma de Juros sobre Capital Próprio, conforme segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	64.266	41.980
Reserva legal	<u>(3.213)</u>	<u>(2.099)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>61.053</u>	<u>39.881</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	<u>18.316</u>	<u>11.964</u>
Juros sobre capital próprio creditados	6.993	8.860
Dividendos mínimos creditados	11.323	3.104
Dividendos adicionais creditados	<u>-</u>	<u>17.876</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	<u>18.316</u>	<u>29.840</u>
% do lucro líquido ajustado distribuído	30%	75%

A movimentação dos dividendos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	24.678	17.864	35.969	14.469
Juros sobre capital próprio creditado	6.993	8.860	6.993	8.860
Imposto de renda sobre JCP	(1.050)	(1.329)	(1.049)	(1.329)
Dividendos mínimos creditados do exercício corrente	11.323	3.104	13.797	6.408
Dividendos mínimos creditados do exercício anterior	-	10.063	-	18.418
Dividendos adicionais creditados	-	17.875	-	25.584
Pagamentos realizados	(24.210)	(31.175)	(35.840)	(35.733)
Reversão de dividendos de exercícios anteriores	<u>(115)</u>	<u>(584)</u>	<u>(287)</u>	<u>(708)</u>
Dividendos a pagar provisionados	<u>17.619</u>	<u>24.678</u>	<u>19.583</u>	<u>35.969</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia optou por distribuir juros sobre capital próprio aos seus acionistas relativos ao exercício social de 2020, o qual importou num montante de R\$ 6.993.

25 Tributos sobre o lucro

a. Provisão e conciliação com o resultado

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes dos impostos	66.393	39.691	95.576	57.493
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado pelas alíquotas fiscais	(22.574)	(13.495)	(32.496)	(19.548)
Exclusões (adições) permanentes				
Gratificações a administradores	(2)	(19)	(4)	(61)
Programa de participação nos resultados	(143)	(147)	(405)	(495)
Equivalência patrimonial	18.685	14.357	366	170
Juros sobre capital próprio	2.377	3.013	2.377	3.013
Outras	(23)	(433)	7.731	12.578
Ajustes CPC 06 (R2)	(373)	(732)	(1.254)	(2.256)
Diferencial alíquota (adicional e presumido)	-	-	4.459	5.211
Imposto de renda e contribuição social	(2.053)	2.544	(19.226)	(1.388)
Alíquota efetiva	3%	-6%	20%	2%

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	2020	2019
Provisão para contingências	6.130	4.431
Valor justo/mais valia de ativos em combinação de negócios	(36.399)	(39.107)
Ganho por compra vantajosa	(4.132)	(4.132)
Outras provisões	5.491	7.801
Prejuízo fiscal	8.920	6.324
Total dos impostos diferidos	(19.990)	(24.683)

O registro dos tributos diferidos ativos está suportado pelo plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado por sua Diretoria, segundo o qual a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados pela Administração suficientes para a realização de tais valores.

26 Operações descontinuadas

Em linha com o planejamento estratégico da Companhia, no exercício de 2018 a Companhia encerrou suas atividades no município de Maringá.

	Consolidado	
	2020	2019
Receita líquida	-	1
Custos dos serviços prestados	-	(13)
Lucro bruto	-	(12)
Despesas comerciais	(4)	(6)
Despesas gerais e administrativas	(89)	(271)
Lucro antes do resultado financeiro	(93)	(289)
Receitas financeiras	19	35
Despesas financeiras	(1)	(1)
Lucro antes dos impostos	(75)	(255)
Impostos correntes	-	-
Lucro líquido do exercício	(75)	(255)

27 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta				
Receita com serviços de movimentação	32.825	28.924	151.546	133.483
Receita com serviços de armazenagem	137.975	124.288	311.811	298.012
Serviços de transporte	-	-	74.418	66.262
Locação de imóveis	-	-	9.268	8.808
Venda mercado interno	-	-	23.892	43.576
Total da receita bruta	170.800	153.212	570.935	550.141
Deduções da receita				
Impostos federais	(15.652)	(14.050)	(52.258)	(50.009)
Impostos municipais	(3.663)	(3.412)	(14.956)	(14.878)
Impostos estaduais	(2)	-	(5.090)	(4.767)
Cancelamentos	(13)	(547)	(1.295)	(3.523)
Total das deduções	(19.330)	(18.009)	(73.599)	(73.177)
Receita operacional líquida	151.470	135.203	497.336	476.964

As receitas referem-se unicamente ao principal negócio do Grupo Multilog, conforme descrito no contexto operacional. A receita está concentrada substancialmente no território brasileiro. O Grupo reconhece a receita no momento da prestação do serviço, ou quando transfere o controle sobre o produto ao cliente, no caso de controladas que vendem materiais.

28 Despesas por natureza

A Companhia apresenta abaixo, detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas por função, classificadas como:				
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	89.539	85.613	285.738	283.791
Despesas comerciais	3.354	2.951	11.715	10.532
Despesas gerais e administrativas	35.267	34.846	103.616	110.472
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	68	711	4.268	4.307
Total das despesas por função	128.228	124.121	405.337	409.102
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal	26.808	24.019	106.294	102.704
Gastos operacionais	53.218	51.707	113.589	121.174
Despesas com vendas	459	381	719	775
Serviços de terceiros	4.361	5.239	23.383	25.209
Conservação e manutenção	4.628	3.839	15.619	12.737
Gastos gerais	7.229	4.545	74.588	70.557
Marketing	190	181	694	690
Depreciação e amortização	31.335	34.210	70.532	75.256
Total das despesas por natureza	128.228	124.121	405.337	409.102

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita				
Rendimento de aplicação financeira	275	-	500	36
Juros recebidos	982	734	1.572	1.947
Descontos obtidos	4	17	1.172	61
Variação monetária ativa	755	50	971	175
Juros sobre atualização de impostos (nota 11)	47	1.124	5.903	6.167
Total receita financeira	2.063	1.925	10.118	8.386
Despesa				
Juros sobre outros empréstimos	(4.440)	(10.019)	(4.528)	(10.241)
Juros parcelamento de impostos	(582)	(531)	(582)	(531)
Variações monetárias passivas	(4.054)	(28)	(9.097)	(582)
Descontos concedidos	-	-	(3)	(4)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(75)	(178)	(383)	(349)
Despesas bancárias	(1.104)	(1.245)	(1.717)	(1.667)
Fiança	(630)	(1.356)	(593)	(1.356)
Juros de arrendamento	(4.561)	(5.281)	(6.323)	(5.857)
Total despesa financeira	(15.446)	(18.638)	(23.226)	(20.587)
Total resultado financeiro	(13.383)	(16.713)	(13.108)	(12.201)

30 Partes relacionadas

a. Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos/serviços.

Os saldos e transações com Companhias relacionadas na data dos balanços são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos circulante				
Adiantamento partes relacionadas				
Multilog Logística	500	302	-	-
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	-
Multiprime	79	125	-	-
Multilog Transportes	-	701	-	-
Multilog Sul	-	1.594	-	-
Multilog Maringá	1.307	1.341	-	-
Multilog Brasil	2.611	367	-	-
Pedra Branca	-	-	5.014	-
Dividendos a receber				
Multilog Logística	674	-	-	-
Multiprime	-	2.930	-	-
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários	2.577	106	-	-
Multilog Transportes	-	10.396	-	-
Multilog Sul	-	226	-	-
Multilog Brasil	-	-	-	-
Créditos a receber				
Refinadora Catarinense S.A.	-	2.092	-	4.285
Gomes Participações	-	-	-	4.954
Total ativo partes relacionadas	7.748	20.180	5.014	9.239

O crédito junto à Refinadora Catarinense se refere ao reembolso de créditos tributários desta, utilizados pela Multilog, glosados pelo fisco. O saldo é corrigido pela variação da SELIC e foi totalmente reembolsado à Companhia em 2020.

	Controladora	
	2020	2019
Passivo Circulante		
Contas a pagar		
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários	1.992	1.526
Multilog Transportes	-	10
Multiprime	22	-
Adiantamento partes relacionadas		
Multilog Logística	1.100	-
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários	23.319	10.264
Multiprime	640	750
Multilog Logística	-	-
Multilog Sul	-	3
Multilog Maringá	-	-
Multilog Transportes	-	-
Multilog Brasil	31.976	18.842
Total passivo partes relacionadas	59.049	31.395

b. Compras de serviços

	<u>Controladora</u>	
	2020	2019
Compra de produtos e serviços		
Serviços de transporte	77	43
Locação de imóveis	19.104	15.309
	<u>19.181</u>	<u>15.352</u>

As transações de compra e venda de serviços e insumos são efetuados em termos contratuais que se aproximam dos estabelecidos com terceiros não relacionados, prevalecendo às vendas à vista.

c. Transações ou relacionamentos com acionistas

Acionistas que integram o Conselho de Administração da Companhia possuem, de forma direta ou indireta, 55,32% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (54,78% em 31 de dezembro de 2019).

d. Remuneração dos administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, formada por, no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) integrantes. No exercício encerrado de 2020, as despesas com esses administradores, compostas por pró-labore, participação em resultados e encargos sociais obrigatórios e não obrigatórios, totalizaram R\$ 8.755 (R\$ 8.160 em 31 de dezembro de 2019).

A Ata do Conselho de Administração de 29 de abril de 2020, aprovou a reeleição dos integrantes da Diretoria pelo prazo de 2 anos. Os benefícios que a Companhia concede aos seus administradores correspondem à Plano de Assistência Médica e Odontológica, Reembolso de despesas com medicamentos, Seguro de Vida em grupo e Plano de complementação de aposentadoria. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

e. Compensação por fiança pessoal

A Companhia aprovou em reunião do conselho de administração do dia 10 de Novembro de 2016, remuneração a título de fiança fidejussória a acionistas, pela concessão de fiança pessoal na operação de debêntures. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 158, sendo o montante total no curto prazo.

31 Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, risco de preço), risco regulatório, risco de crédito e risco de liquidez.

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros por categoria da Companhia no final do exercício são:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	21.024	2.349	60.503	11.128
Contas a receber de clientes	26.195	21.790	65.321	71.936
Dividendos a receber	3.251	13.658	-	-
Outros créditos	12.348	4.928	20.796	3.546
	62.818	42.725	146.621	86.610
Outros passivos financeiros				
Empréstimos	(50.544)	(54.250)	(51.475)	(56.985)
Fornecedores	(69.260)	(38.136)	(28.250)	(35.165)
Dividendos a pagar	(17.619)	(24.678)	(19.583)	(35.969)
Arrendamento mercantil	(57.304)	(62.015)	(83.316)	(88.586)
Outras obrigações	(64.078)	(75.662)	(93.563)	(95.768)
	(258.805)	(254.741)	(276.187)	(312.473)

Os administradores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta, conforme descrito a seguir:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevante, pois possui uma carteira de clientes pulverizada. A Companhia administra o risco por meio de rigoroso processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, quando aplicável, provisão para créditos de liquidação duvidosa. A nota 10 apresenta informações sobre este risco.

Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da operação da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota. Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Na Nota 19 apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com instituições financeiras da Companhia, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido as variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: a) risco de taxa de juros, b) risco cambial e c) risco de preço relativo às suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não tem ações negociadas em mercado.

Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	<u>Consolidado</u>	
	2020	2019
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 19)	51.475	56.985
(-) caixa e equivalentes de caixa	(534)	(449)
(-) aplicações financeiras (Nota 9)	(59.969)	(10.679)
Dívida líquida	<u>(9.028)</u>	<u>45.857</u>
Patrimônio líquido	<u>281.322</u>	<u>226.684</u>
Índice de alavancagem financeira - %	(3%)	20%